

COMUNICAÇÕES

PROJETO MEMÓRIA DA FEIRA LIVRE DE FEIRA DE SANTANA

PRIMEIRA FASE - TEXTO N. 5*

A ESCRAVIDÃO EM FEIRA DE SANTANA (segunda parte)

Vicente Deocleciano Moreira
Prof. Adjunto do Dep. de Ciências
Humanas e Filosofia

Os escravos eram símbolos de status, de prestígio para os fazendeiros e, também, mercadorias de manutenção cara. Em 1835 um escravo, na região feirense, valia entre cem e quinhentos mil réis; às vezes, alcançava um conto de réis: a média se aproximava de trezentos mil réis. Em 1840, era comum pagar-se quinhentos mil réis e, em 1850, um conto de réis. A partir de 1860, verificou-se uma ligeira queda no preço médio (quinhentos mil réis) e na procura por escravos - reflexos do término do tráfico (de escravos), por pressão da Inglaterra, em 1850. Em 1848 - portanto, às vésperas da extinção do tráfico - os escravos de Joaquina Maria da Encarnação, moradora de Feira de Santana, deixados para inventário, tinham as seguintes avaliações:

"Joaquim, crioulo, da idade de 33 anos, do serviço enxada, avaliado em 400\$000; João, crioulinho da idade de 10 anos avaliado em 300\$000; Jorge, crioulinho, da idade de 6 anos avaliado em 250\$000. Manoel, crioulo, rendido de uma virilha e veias quebradas nas curvas, do serviço de enxada, avaliado em 160\$000."

Como se pode observar, o escravo Manoel, por ter deficiências físicas, valia 160 mil réis, bem menos que o valor de Jorge, com apenas 6 anos de idade.

(*) O texto de n.4 acha-se publicado em *Sitientibus*, a. V. n.8, 1988, p.131-3.

Em 1850, o tráfico é extinto, mas isto não quer dizer que, a partir deste momento, a escravidão no Brasil tenha deixado de existir. Aqui, a pressão da Inglaterra prosseguiu até o ponto em que a Princesa Isabel se viu forçada (também por pressões internas) a assinar, em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea.

Antes de 1888, porém, foi assinada a Lei de Ventre Livre (1871). A partir de então, filhos e filhas de escravos não mais seriam escravos. Era de se esperar que, no mínimo a curto prazo, a quantidade de escravos não seria ampliada com esses novos estoques. Em 1872, na região feirense, do total de 13 000 negros, apenas 4 086 eram escravos. Nesse mesmo ano, o preço do escravo ficou bastante elevado no Rio de Janeiro e em São Paulo e, assim, muitos fazendeiros feirenses venderam centenas de escravos para aquelas regiões. Entre 1872 e 1882, mais de mil escravos foram libertados nas paróquias da região de Feira de Santana. Havia três maneiras de o escravo conseguir a libertação: comprando a própria liberdade, concedida pelos testamentos dos senhores e através do fundo de participação administrado pelo Governo Imperial. Esse fundo entregou dinheiro a alguns escravos para que comprassem a carta de alforria. Entre 1872 e 1888 (antes de 13 de maio), a população escrava foi reduzida à metade devido, notadamente, às vendas e às libertações e compras de liberdade e de cartas de alforria.

Os negros libertos pagavam impostos ao município. Aqueles que vendiam na feira livre passaram a pagar, a partir de 1859, uma taxa especial exigida pela Câmara, que arrecadava por *carregador de cadeira, ganhador livre ou escravo, negro livre vendedor* e por todo aquele que desempenhava o *ofício mecânico*. Nas últimas décadas do Século XIX, a taxa anual paga pelos libertos subiu de 2 contos de réis para 10 contos de réis. A expansão comercial e a manufatura atraíram inúmeros trabalhadores livres para Feira de Santana. Havia, na época, muitos comerciantes negros e pardos estabelecidos na região.

Na segunda metade do Século XIX, a expansão inicial da cultura algodoeira exigiu um significativo número de escravos nas plantações, ao lado dos trabalhadores livres. Dentre os mais expressivos proprietários de algodão, destacou-se Gonçalo Alves de Almeida, pai de Maria Quitéria de Jesus. A cultura do fumo aproveitava um número insignificante de escravos, pois era, tipicamente, uma atividade de pequenos lavradores livres. Na verdade, não há notícias seguras de plantação de fumo, ao menos em São José das Itapororocas, utilizando grandes contingentes de escravos.

No final do século passado, em Feira de Santana, os trabalhadores rurais dividiam-se em *escravos, meeiros e rendeiros* - e foi exatamente com esses dois últimos que os proprietários de algodão e os fazendeiros em geral passaram a contar, quando a manutenção de escravos se tornou insustentável economicamente e, em especial, depois de 13 de maio de 1888,

com a crise que se abateu sobre a agricultura de Feira de Santana.

BIBLIOGRAFIA

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. 267p., Bibliografia.

POPPINO, Rollie E. *Feira de Santana*. Tradução por Arquimedes P. Guimarães. Bahia: Itapuã, 1968. 328p., Bibliografia.

FOLHA DO NORTE, Feira de Santana, 1940 a 1942.